



Publicado em 11/02/2026 - 09:54

Autorização para plantio de Cannabis abre portas para pesquisa científica

O Brasil acaba de dar um passo na direção certa com a permissão pela Anvisa do cultivo da maconha medicinal em território nacional

Por Claudio Lottenberg

Faz tempo que a Cannabis medicinal deixou de ser um tema restrito aos acadêmicos ou à pauta de ativistas para ocupar um espaço importante no debate público. A razão é simples: as incontáveis histórias de pacientes relatando melhora de sintomas após o uso da Cannabis fazem com que uma parcela cada vez maior da população compreenda que essa é uma substância com enorme potencial para o tratamento de condições como dor crônica, doença de Parkinson, epilepsia, esclerose múltipla, ansiedade, depressão, insônia, além de aliviar alguns dos efeitos colaterais mais incômodos associados aos tratamentos oncológicos.

Toda essa experiência acumulada tem contribuído para empurrar mudanças regulatórias no mundo todo. O Brasil acaba de dar um passo na direção certa com a autorização pela Anvisa do cultivo da Cannabis em território nacional para fins de pesquisa e produção de medicamentos. A agência definiu regras para o plantio em pequena escala por associações de pacientes, bem como o cultivo para a produção de medicamentos e para as atividades de pesquisa.

É sobre esse terceiro item que gostaria de focar minha atenção. Precisamos com urgência afrouxar as regras que regem a pesquisa com a Cannabis e seus derivados, abrindo caminho para estudos mais amplos e menos burocráticos. Nesse sentido, a decisão da Anvisa pode ser um marco, abrindo espaço para que o Brasil construa uma base de conhecimento próprio sobre a maconha, seus compostos e seus possíveis usos terapêuticos.

A verdade é que sabemos muito pouco sobre o real potencial da planta. Essa constatação encontra respaldo, por exemplo, em um artigo que saiu no final do ano passado no Journal of the American Medical Association (JAMA), trazendo uma ampla revisão de 124 estudos publicados entre 2010 e 2025, incluindo

ensaios clínicos, revisões sistemáticas e metanálises sobre o uso terapêutico da Cannabis e de seus derivados.

O artigo concluiu que só há evidência científica consistente para um número restrito de indicações da substância. É o caso do canabidiol purificado no tratamento de epilepsias pediátricas raras e refratárias, como as síndromes de Dravet e de Lennox-Gastaut, nas quais se observou redução significativa da frequência de crises. Há também evidência de grau moderado para o uso de canabinoides sintéticos no controle de náuseas e vômitos induzidos por quimioterapia e no estímulo do apetite em pacientes com HIV/AIDS, ainda que os efeitos sejam considerados modestos.

Fora desses cenários mais bem delimitados, o quadro ainda é de incerteza. A maior parte das indicações atualmente praticadas se apoia em estudos observacionais, séries de casos ou ensaios clínicos de pequeno porte, com limitações metodológicas importantes. Isso não invalida a experiência de pacientes nem a relevância do tema, mas indica que o conhecimento disponível ainda está em construção.

Para a maioria dos usos populares, especialmente aqueles difundidos como soluções “naturais” para dor, ansiedade ou insônia, os dados ainda são limitados. Hoje, grande parte das prescrições ocorre de forma “off-label”, em contextos nos quais ainda faltam ensaios clínicos robustos, com desfechos bem definidos, acompanhamento de longo prazo e avaliação cuidadosa da relação entre riscos e benefícios.

A conclusão do estudo publicado no JAMA certamente desanimou os defensores mais entusiasmados do uso medicinal da Cannabis, mas acredito que a lição aqui é outra: justamente porque não temos certezas, precisamos de ainda mais ciência. Só a proliferação de pesquisas permitirá esclarecer quais são, afinal, as aplicações terapêuticas da Cannabis em diferentes contextos.

A decisão da Anvisa certamente merece ser comemorada, mas ela também evidencia, em certo sentido, como estamos apenas no começo dessa história. Por muitas décadas, a Cannabis esteve fora do alcance da pesquisa científica e, conseqüentemente, inúmeras perguntas ficaram sem resposta. É preciso libertar a medicina dessas amarras, para que ela possa justamente começar a responder algumas dessas perguntas.

Reconhecer o potencial terapêutico da Cannabis não significa tratá-la como panaceia, mas assumir que a ciência precisa avançar sem tabus para definir com clareza quando, como e para quem esses tratamentos realmente fazem sentido.

Diante das incertezas e do “achismo”, a solução é mais pesquisa, mais debate, mais dados.

<https://veja.abril.com.br/coluna/coluna-claudio-lottenberg/autorizacao-para-plantio-de-cannabis-abre-portas-para-pesquisa-cientifica/>

Veículo: Online -> Site -> Site Veja